

PINTO, Cleide Pereira *et al.* (org). *Os sindicatos das trabalhadoras domésticas em tempos de pandemia: memórias da resistência*. Santa Maria: FACOS, 2021. 305 p.

Militância aguerrida em tempos catastróficos: o papel das ações coletivas do sindicato das trabalhadoras domésticas durante a pandemia¹

Strong militancy in times of catastrophe: the role of collective action by the domestic service union during the pandemic

Adara Pereira da Silva

Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Santa Cruz, Rio Grande do Norte, Brasil

RESUMO

A obra *Os sindicatos das trabalhadoras domésticas em tempos de pandemia: memórias e resistências* constrói, a muitas mãos, uma análise do papel do movimento sindical na pandemia, que conduz a uma reflexão acerca de sua amplitude e legado. Seu objetivo é refletir sobre a organização do trabalho doméstico e o papel central dos sindicatos das trabalhadoras domésticas na luta por direitos para as trabalhadoras domésticas. Devido à especificidade do trabalho doméstico, seu processo de sindicalização foi tardio, sendo legalizado apenas recentemente. A obra demonstra como esse feito foi possível por ser alicerçado coletivamente pela luta de diversas trabalhadoras domésticas e suas redes. Durante a pandemia o caráter coletivo não foi modificado, mas, foram elaboradas novas estratégias para adaptação ao “novo normal”, que objetivavam diminuir o impacto da vida de trabalhadoras que já sofriam precarizações antes mesmo desse contexto. O livro utiliza como metodologia a apresentação de dados quantitativos advindos de pesquisas

¹ Este trabalho foi financiado pela bolsa de doutorado disponibilizada pela agência de fomento Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

Recebido em 13 de maio 2024.
Aceito em 10 de junho de 2024.



elaboradas por distintas instituições e a construção de diálogos que destacam memórias e o legado de luta coletiva. Nesse sentido, a discussão apresentada ao longo dos oito capítulos apresenta as ações tomadas pelos sindicatos das trabalhadoras domésticas, que visavam protegê-las em tempos catastróficos, mas, também, acolhê-las, garantindo sua dignidade.

Palavras-chave: Luta sindical, Trabalho doméstico, Pandemia, Coletividade.

ABSTRACT

The book *The unions of domestic workers in times of pandemic: memories and resistance builds*, in many ways, an analysis of the role of the union movement in the pandemic, which leads to a reflection on its breadth and legacy. Its aim is to reflect on the organization of domestic work and the central role of domestic workers' unions in the struggle for rights for domestic workers. Due to the specific nature of domestic work, its unionization process was late, being legalized only recently. The book shows how this was possible because it was collectively founded by the struggle of several domestic workers and their networks. During the pandemic, the collective aspects was not changed, but new strategies were developed to adapt to the "new normal", which aimed to reduce the impact on the lives of workers who were already suffering from precariousness even before this context. The book uses as its methodology the presentation of quantitative data from research carried out by different institutions, and the construction of dialogues that highlight memories and the legacy of collective struggle. In this sense, the discussion presented throughout the eight chapters presents the actions taken by the domestic workers' unions, which aimed to protect them in catastrophic times, but also to welcome them and guarantee their dignity.

Keywords: Trade union struggle, Domestic employment, Pandemic, Collectivity.

Híbrido. Essa é a premissa do livro que reúne história de lutas e reivindicações das trabalhadoras domésticas sindicalizadas no recorte temporal da pandemia de covid-19. O livro nos incita uma reflexão, de imediato, no prefácio. Essa não é uma obra que apenas compila reflexões acadêmicas, com efeito, apresenta uma mistura de mundos, o acadêmico e o militante, ao abordar distintas formas de saber, demonstrando a relevância de ampliar o olhar para construir novas formas de conhecimento, produzir desenvolvimento social e garantir acesso a direitos. Assim, sua proposta é apresentar um trabalho elaborado por muitas "mãos" e mentes. A introdução e os oito capítulos, distribuídos em três partes, foram escritos por oito mulheres,

sindicalistas e acadêmicas. Essa construção dialógica ocorreu acentuando o protagonismo das trabalhadoras domésticas sindicalizadas, não somente enquanto informantes de trabalho acadêmico, mas, pela participação direta na produção da escrita e da discussão elaborada.

A pertinência e o ineditismo do livro são destacados por apresentarem novos tópicos de reflexão, no que se refere à organização do trabalho doméstico, e ampliar outros pontos debatidos anteriormente. Entre eles estão: a notoriedade dos sindicatos e Federação Nacional dos Trabalhadores Domésticos (FENATRAD) e sua articulação com a vida pública, ocasionada pelo seu caráter “classista e movimentista” (Castro, 2021, p. 15); elevação do ativismo durante a pandemia por via remota, nos âmbitos locais e nacionais; expressão do olhar do movimento sindical sobre raça e racismo estrutural, que expressa ojeriza à escravização, na ideia de resistência em contraposição ao pensamento de herança escravocrata, reforçando o caráter de luta presente no trabalho doméstico; ampliação da atuação sindical, que passa a reivindicar um viver digno, incluindo aspectos como saúde mental (que, no contexto pandêmico, foi um elemento essencial); transformação na relação das militantes e pesquisadoras, pelo deslocamento que evidencia o protagonismo das sindicalistas.

O retrato simbólico do impacto da crise de covid-19 no serviço doméstico no Brasil foi a primeira morte ter sido de uma trabalhadora doméstica negra de 63 anos, Cleonice Gonçalves. A primeira reflexão apresentada no capítulo I, a partir desse simbolismo, expõe os números do trabalho doméstico na pandemia, analisando e comparando os dados de uma pesquisa realizada pela FENATRAD e pela Federação Internacional das Trabalhadoras Domésticas (FITH), com dados apresentados pela Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílio Contínua (PNADC) realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Louisa Acciari e Chirlene dos Santos Brito percebem que a pandemia ampliou vulnerabilidades e desigualdades pré-existentes nos eixos de dominação, gênero, classe e raça, que permeiam o trabalho doméstico.

As autoras percebem que a desproteção legal que atingia quase 50% das trabalhadoras domésticas, devido à exclusão das diaristas pela Lei Complementar 150/2015², foi acentuada durante a pandemia. Essa intensificação é demonstrada pelos dados da pesquisa, que apresentam a dificuldade das trabalhadoras em acessar o seguro-desemprego.³ Assim, ocorre

2 Em 2013, após anos de luta, foi promulgada uma lista de direitos para as trabalhadoras domésticas. No entanto, nem todos os direitos entraram em vigor imediato. Para isso, foi elaborada uma comissão que objetivava escrever o texto de regulamentação dos direitos restantes. Assim, em 2015 a maior parte dos direitos previstos pela “PEC das domésticas” foi regulamentada pela Lei Complementar 150. Ver em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp150.htm.

3 De acordo com a Lei Complementar 150/2015, o trabalhador doméstico, que for demitido sem justa-cause, poderá receber o seguro-desemprego. Com as ressalvas que precisaria comprovar vínculo empregatício, ou seja, ter sua carteira assinada durante quinze meses, nos vinte e quatro meses anteriores. A dificuldade encontrada pelas trabalhadoras em requerer seu direito se deu por conta da maioria delas trabalharem de maneira informal, ou seja, sem carteira assinada.

o empobrecimento pela falta de apoio estatal, nas instâncias municipais, estaduais e federal. Além disso, o destino das trabalhadoras foi delineado por quatro caminhos, a pesquisa elaborou as seguintes classificações: (1) demitida ou suspensa; (2) trabalhando com perdas; (3) trabalhando normalmente; (4) quarentena remunerada. Entre as classificações, 58% das diaristas correspondem à primeira e 34% das mensalistas estiveram enquadradas na terceira, o que revela que a carteira assinada foi um elemento que possibilitou a manutenção da renda, uma proteção. Embora as autoras reforcem que é alarmante o fato de as trabalhadoras terem sido mantidas trabalhando, mesmo com os riscos de contaminação. Ademais, houve uma correlação entre a permanência na residência dos patrões, no caso das mulheres que permaneceram trabalhando, e aumento da carga de trabalho. Esse fator reforça a especificidade e ambiguidade que envolvem o exercício do trabalho doméstico, como refletem as autoras: “ninguém acharia normal manter um vendedor de loja em quarentena na sua empresa para evitar contágio”. (Acciari; Brito, 2021, p 45).

O contexto pandêmico evidenciou a contrariedade da sociedade brasileira com o trabalho doméstico. Desvalorizado e taxado como improdutivo, na pandemia as classes mais abastadas se viram demandando esse serviço como essencial, com aval do Estado. A pandemia agravou vulnerabilidades e violações de direitos. O segundo capítulo, escrito por Myllena Calasans de Mato, recupera algumas violações e abusos cometidos pela classe patronal contra trabalhadoras domésticas, como o caso de Cleonice Gonçalves, o caso de Mirtes Santana, que perdeu seu filho Miguel devido à negligência e desprezo de sua patroa e o caso de uma idosa que era mantida em cárcere privado, em trabalho análogo à escravidão, sem poder sequer utilizar o banheiro “da casa-grande”, pois vivia no depósito, sendo que sua patroa era diretora executiva da Avon. Além desses, outros casos chegaram aos sindicatos. Sua resposta foi enviar um relatório-denúncia à Organização Internacional do Trabalho (OIT), já que a postura governamental foi de desamparo a essas trabalhadoras. Além disso, como resposta ao des zelo por parte de alguns estados, foi lançada a campanha: *Cuida de quem te cuida! trabalho doméstico não é atividade essencial*. A Lei n. 13979/2020 não incluiu as trabalhadoras domésticas no rol de serviços essenciais, mas, os estados do Ceará, Pará, Maranhão e Rio Grande do Sul ignoraram essa lei, instituindo de modo ambíguo o trabalho doméstico como essencial. Mesmo em estados que não havia essa possibilidade, a falta de fiscalização fez com que a maior parte das trabalhadoras seguisse executando suas funções normalmente, mas sem as proteções adequadas.

Nesse contexto, Denise Mantovani e Isabel Freitas refletem sobre a centralidade do movimento sindical enquanto propulsor da visibilidade das pautas e necessidades das trabalhadoras domésticas, enfatizando que esse caráter foi mantido na pandemia, mas, seu papel está consolidado nas resistências contra as agressões da sociedade brasileira às trabalhadoras domésticas ao longo da história. O papel da FENATRAD e do movimento sindical, nesse

contexto, é oferecer um olhar transgressor oposto à ordem dominante por transformarem a ideia colonizadora de si. De modo que, no contexto da pandemia, no qual um dos reflexos foi a disseminação do uso da internet, foi criado um novo contorno que esteve para além do olhar regulador dos noticiários, que apresentam uma seleção específica de acontecimentos que não problematizam desigualdades e corroboram a manutenção do *status quo*. Permitindo uma pluralidade de vozes serem protagonistas de suas próprias histórias.

No quarto capítulo, Jurema Brites destaca as mobilizações realizadas pelas sindicalistas por meio dos incrementos tecnológicos. O período pandêmico trouxe muitos desafios para a categorias, mas, também serviu de fomento para a criação e adequação às novas práticas, pois foi possível adotar novas estratégias para comunicação. Um dos instrumentos centrais foi a transmissão de *lives* que possibilitaram descortinar a invisibilidade do trabalho doméstico, mas, também, foram um aparato de aprendizagem e apropriação das novas mídias. Tal feito só foi possível pelo caráter coletivo presente nas organizações. É evidenciado ainda que as trabalhadoras e sindicalistas tiveram ajuda de suas famílias nesse processo, isto é, pela *proximidade* das pessoas no contexto sindical em que há uma troca. Além disso, houve um aumento da demanda de solicitação de entrevistas, mídias e *lives*, o que ocorreu pela pandemia ter tornado o trabalho doméstico visível na escassez devido à impossibilidade da classe patronal recorrer livremente a trabalhadoras domésticas para a realização de tarefas de manutenção ou cuidado.

Thays Monticelli demonstra, no quinto capítulo, que as habilidades políticas das sindicalizadas de criar alianças sem perder o protagonismo de sua luta teve papel imprescindível no momento pandêmico. Por angariarem parcerias, as alianças são estratégias pois fortalecem e possibilitam institucionalizações das demandas. Em sua trajetória, a proximidade com movimentos sociais, sindicais, organizações de bairro e Igreja Católica foram estratégias na história do movimento que se mantiveram durante a pandemia. A FENATRAD recebeu por meio dessas parcerias 6 mil cestas básicas, as quais foram distribuídas para trabalhadoras domésticas em situação de vulnerabilidade devido à dispensa dos patrões, não recebimento do auxílio emergencial ou trabalho em situações de risco (sem EPIs, álcool, máscaras etc.) em 11 estados. Além do desenvolvimento de projetos de capacitação e campanhas. Ainda são apresentadas quatro parcerias entre sindicalistas e pesquisadoras que geraram produções audiovisuais e textuais.

O sexto capítulo apresenta, pela voz de Cleide Pereira Pinto, a importância do protagonismo e empoderamento no movimento sindical. Durante a pandemia, a falta de apoio estatal e social esteve latente, o que reverberou na ação sindical. Os sindicatos no Brasil já vinham sendo prejudicados pelo desmantelamento estatal durante o governo Temer, mas, na pandemia, o quadro se agravou. Estando fechados até junho de 2020, as sindicalistas se viram

impelidas a retrair sua rota, porque a principal prioridade naquele momento era manter a comida na mesa das famílias. Então, além das ações produzidas, como a distribuição de cesta básica, os sindicatos passaram a orientar as trabalhadoras a partir da elaboração de cartilhas com informações sobre o caráter da pandemia, orientações sobre o auxílio emergencial, explicações sobre o fornecimento de EPIs, por parte dos patrões, recomendação de negociação dos horários de trabalho, para que as trabalhadoras pudessem evitar horários de fluxo e transporte lotados.

Cleide Pereira Pinto destaca a contradição, escancarada naquele momento, entre as demandas pelos serviços ofertados pelas trabalhadoras domésticas e os modos com quais elas foram tratadas, questionando o porquê de serem tão desprotegidas, desconsideradas e mal-remuneradas mesmo com a sua relevância. Entretanto, sublinha que mesmo com pouco apoio, os sindicatos não desistiram de sua luta e a pandemia foi um momento que trouxe desafios, mas, se apresentou como mais uma oportunidade de empoderamento. No processo de reorganização de sua ação, o uso de ferramentas tecnológicas, como comunicação em grupos de WhatsApp e apresentação de *lives*, possibilitou aprendizados e um deslocar dessas mulheres da posição de entrevistadas e pesquisadas para a posição de anfitriãs, elaborando temas, perguntas e guiando debates durante *lives*.

Luiza Batista e Jurema Brites, em parceria, apresentam a penúltima reflexão do livro: o legado das trabalhadoras sindicalistas pioneiras como um farol nas lutas travadas na atualidade. Nesse sentido, demonstram a relevância de lutas anteriores como um fio condutor em uma história que não pode ser contada somente a partir do presente. A labuta das pioneiras, outrora, atua enquanto estímulo de coragem, resistência e transmissão de conhecimento. Portanto, o sindicato, além de impulsionar a luta pelos direitos e sua manutenção, é um lugar de acolhimento e ética. E, mesmo com a baixa adesão, devido à dispersão que se encontra a categoria, as sindicalistas são responsáveis pelos avanços legais e pela proteção e defesa da categoria. Que outras lições outras militâncias podem aprender com a resistência das trabalhadoras domésticas, questionam Luiza e Jurema? Concluem que podem se espelhar na audácia, na militância valente, que promove não apenas um processo de resistência, mas de *re-existência* (Bernadino-Costa, 2007).

O livro é finalizado apresentando o caminhar individual de algumas figuras relevantes para a continuidade do trabalho sindical durante a pandemia. Ao apresentar trajetórias pessoais de trabalhadoras domésticas que sofreram opressões, mas que também foram resistência e figuras aguerridas, a obra demonstra como seus cursos se coadunam formando uma unidade de luta, mas, também de afetividade, pessoalidade e acolhimento. Essa é a principal contribuição que o livro pode nos oferecer: captar e apreender a potência do trabalho coletivo em tempos catastróficos como a pandemia e os governos de extrema-direita liberal.

REFERÊNCIAS

1. ACCIARI, Louisa; BRITO, Chirlene dos Santos. Impactos da crise pandêmica no trabalho doméstico: velhas causas, novas consequências. *In*: PINTO, Cleide Pereira *et al.* (org.). **Os sindicatos das trabalhadoras domésticas em tempos de pandemia: memórias da resistência**. Santa Maria: FACOS, 2021. p. 31-51.
2. BERNADINO-COSTA, Joaze. **Sindicatos das trabalhadoras domésticas no Brasil: teoria da descolonização e saberes subalternos**. 2007. Tese (Doutorado em Sociologia) – Departamento de Sociologia, Universidade de Brasília, Brasília, 2007.
3. BRASIL. **Lei complementar n. 150, de 1 de junho de 2015**. Dispõe sobre o contrato de trabalho doméstico. Brasília, DF: Presidência da República, 2015. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp150.htm. Acesso em: 13 maio 2024.
4. CASTRO, Mary Garcia. Introdução. *In*: PINTO, Cleide Pereira *et al.* (org.). **Os sindicatos das trabalhadoras domésticas em tempos de pandemia: memórias da resistência**. Santa Maria: FACOS, 2021. p. 12-29.
5. PINTO, Cleide Pereira *et al.* (org.). **Os sindicatos das trabalhadoras domésticas em tempos de pandemia: memórias da resistência**. Santa Maria: FACOS, 2021. Disponível em: <https://www.ufsm.br/editoras/facos/os-sindicatos-das-trabalhadoras-domesticas-em-tempos-de-pandemia-memorias-da-resistencia>. Acesso em: 19 set. 2024.

Adara Pereira da Silva

Professora de Antropologia dos Direitos Humanos e Relações Étnico-Raciais da Faculdade de Ciências da Saúde da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. ID ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1294-3535> E-mail: adarapereira.s@gmail.com